

Boletim

Resultado Fiscal Estrutural 2021

MINISTÉRIO
DA
ECONOMIA

Maio de 2022

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA
Pedro Calhman de Miranda

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL
Bernardo Borba de Andrade

COORDENADOR-GERAL DE MODELOS E PROJEÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

ASSESSOR
George Freitas Von Borries

COORDENADOR DE COOPERAÇÃO EM TEMAS FISCAIS
Wesley Washington Lourenço Figueredo

Boletim Resultado Fiscal Estrutural - 2021

EQUIPE TÉCNICA
Lilian Cavalcante Souto
Victor da Silva Ferreira

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P - Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 3º andar, sala 320 – Brasília/ DF, CEP 70.048-900
Tel.: (61) 3412-2339 / 3412-2322

Sumário

Introdução	4
<i>Resultado Fiscal Estrutural</i>	5
<i>Panorama Fiscal em 2021</i>	9
Apêndice	11
<i>Apêndice A – Hiato do Produto</i>	11
<i>Apêndice B – Elasticidades</i>	12
<i>Apêndice C – Eventos Fiscais não Recorrentes</i>	13
Referências	26

Introdução

O resultado primário do setor público consolidado passou de -0,84% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 (déficit de R\$ 61,9 bilhões) para -9,41% do PIB em 2020 (déficit de R\$ 703,0 bilhões) e para 0,75% do PIB para 2021 (superávit de R\$ 64,7 bilhões), segundo dados das Estatísticas Fiscais do Banco Central do Brasil. Em 2021, registrou-se o primeiro superávit primário dessa esfera de governo desde 2013. A principal influência para o resultado de 2021 é proveniente dos governos regionais, os quais obtiveram resultado primário positivo de R\$ 97,7 bilhões (1,13% do PIB) no ano passado. Além disso, as empresas estatais também registraram superávit primário em 2021, de R\$ 2,9 bilhões (0,03% do PIB). Por fim, dados constantes no Resultado do Tesouro Nacional informam que o resultado primário do governo central passou de -1,3% do PIB em 2019 (déficit de R\$ 95,1 bilhões) para -10,0% do PIB em 2020 (déficit de R\$ 743,3 bilhões) e -0,4% do PIB em 2021 (déficit de R\$ 35,1 bilhões).

Para fins de avaliação da condução da política fiscal, a interpretação adequada da variação no resultado primário deve considerar que as estatísticas fiscais são afetadas pelo ciclo econômico, bem como por eventos possivelmente significativos em termos financeiros, mas que não representam uma mudança permanente na posição fiscal do país.

A solução dada internacionalmente para a necessidade de se ajustar as estatísticas fiscais pelos fatores mencionados acima é calcular o Resultado Fiscal Estrutural (RFE). A Secretaria de Política Econômica (SPE) propôs uma metodologia de estimar esse indicador, com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, assim como das estatísticas fiscais de estados, Distrito Federal e municípios, e que pode ser consultada em Nota Metodológica específica. O RFE do Setor Público Consolidado divulgado pela SPE deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias, isto é, aquele que seria observado com o PIB no nível potencial¹, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo e sem receitas e despesas não recorrentes. Esse indicador fiscal procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público para alcançar a solvência de longo prazo do país.

Nesse sentido, a fim de cumprir seu papel institucional e contribuir para o monitoramento da política fiscal, a SPE publica o presente Boletim do RFE 2021², assim como as tabelas contendo as séries históricas do RFE, em bases anual e trimestral, disponíveis no sítio eletrônico da SPE.

Conforme descrito em Nota Metodológica atualizada do RFE, a metodologia de cálculo da estimativa desse indicador fiscal é continuamente aprimorada pela SPE, assim como a divulgação e documentação do indicador e resultados auxiliares. Destaca-se neste Boletim um apêndice específico para servir como inventário dos eventos fiscais não recorrentes (receitas, despesas e transferências), cujos valores são considerados no cálculo dessa estimativa. Segundo, deve-se destacar também os aprimoramentos realizados na metodologia de cálculo do PIB potencial e do hiato do produto, bem como na metodologia de cálculo do hiato do preço do barril de petróleo e que são detalhados na Nota Metodológica.

As estimativas obtidas neste ano (referentes a 2021) indicam um RFE do Setor Público Consolidado de 2,37% do PIB em 2021 (R\$ 206 bilhões, aproximadamente). Para se chegar a esse resultado, retira-se do resultado convencional abaixo da linha (isto é, o resultado primário do setor público consolidado), que atingiu superávit de 0,75% do PIB para 2021, o efeito dos eventos fiscais não recorrentes (que contribuíram em 1,16% do PIB para o resultado estrutural) e o efeito cíclico derivado do nível de atividade econômica e das flutuações do preço internacional do barril de petróleo (que contribuíram em 0,47% do PIB).

A próxima seção apresenta um resumo dos principais resultados relacionados ao cálculo da estimativa do RFE do setor público consolidado, incluindo não apenas a decomposição do PIB e do preço do barril de petróleo Brent em seus componentes tendenciais e cíclicos, como também a decomposição do resultado primário do setor público consolidado nos componentes estrutural, cíclico e não recorrente. Por fim, no apêndice encontram-se destacadas as principais informações relacionadas ao cálculo da estimativa do hiato do produto e das elasticidades, além de uma descrição detalhada dos eventos fiscais não recorrentes.

¹ O “PIB potencial” pode ser definido de várias formas. A definição aqui usada se refere à capacidade produtiva da economia, que seria atingida quando a taxa de utilização dos fatores de produção – capital e trabalho –, bem como o nível de produtividade total, estivessem em seus níveis de equilíbrio.

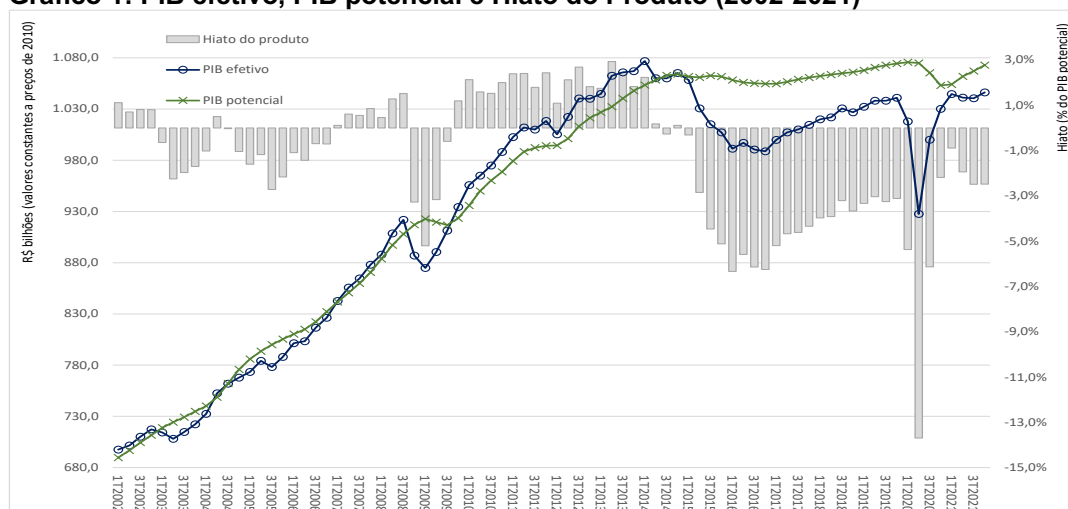
² Conforme determinação da Portaria MF nº 170, de 10 maio de 2016. No que se refere ao Programa Orçamentário 2215 (Política Econômica e Equilíbrio Fiscal) no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o RFE consta como Resultado Intermediário “0241: Resultado Fiscal Estrutural”, sob responsabilidade da SPE.

Resultado Fiscal Estrutural (RFE)

O RFE depende de estimativas do PIB Potencial, do preço tendencial do petróleo e de elasticidades das receitas em relação aos hiatos no PIB e no preço do barril de petróleo.

Após a grave recessão observada no período de 2014 a 2016, a economia brasileira iniciou um processo de recuperação gradual: dois anos de retração real (-3,5% em 2015; -3,3% em 2016), crescimento nos três anos seguintes (1,3% em 2017; 1,8% em 2018; e 1,2% em 2019), nova retração de 3,9% em 2020 em face da crise sanitária mundial. Em 2021, a economia brasileira cresceu 4,6%, demonstrando vigorosa retomada do nível de atividade econômica, ante os impactos da crise. Esse desempenho econômico mais do que compensou a retração de 3,9% observada em 2020. Assim, a economia brasileira retornou ao nível de atividade econômica anterior à pandemia. Conforme mostrado no Gráfico 1, o hiato do produto se encontra negativo desde o 1º trimestre de 2015. Em média, depois de ficar 6,1% e 6,9% abaixo do PIB potencial em 2016 e 2020, respectivamente, o hiato do produto ficou 1,9% abaixo do PIB potencial em 2021.

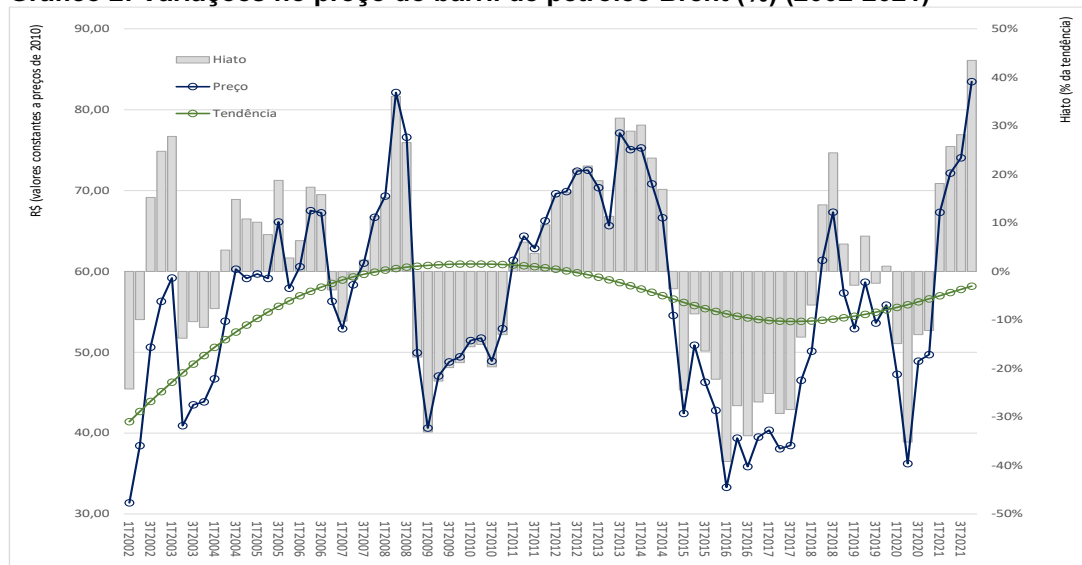
Gráfico 1: PIB efetivo, PIB potencial e Hiato do Produto (2002-2021)



Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Por sua vez, o hiato do preço do barril de petróleo Brent ficou, em média, 28,9% acima de sua tendência de longo prazo em 2021, conforme Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Variações no preço do barril de petróleo Brent (%) (2002-2021)

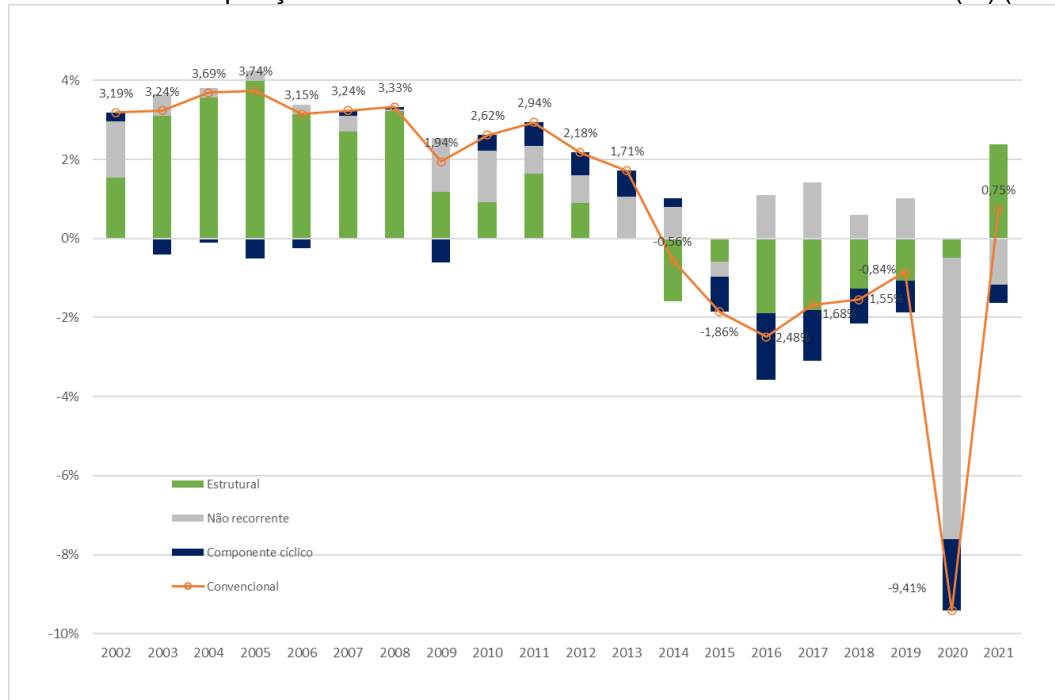


Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

O efeito líquido dos componentes transitórios do RFE do setor público consolidado foi estimado em -1,63% do PIB, segundo a seguinte decomposição: -0,47% do PIB referente ao componente cíclico e -1,16% do PIB referente ao

componente não recorrente. Assim, enquanto o resultado primário convencional foi igual a 0,75% do PIB, a estimativa do RFE para 2021 é de 2,37% do PIB. O Gráfico 3 sintetiza não apenas a deterioração fiscal, avaliada pela ótica do RFE a partir de 2011, mas também a recuperação fiscal em 2021. Se, por um lado, o RFE tem sido negativo desde 2014, por outro lado, em 2021 observa-se o valor positivo para esse indicador fiscal.

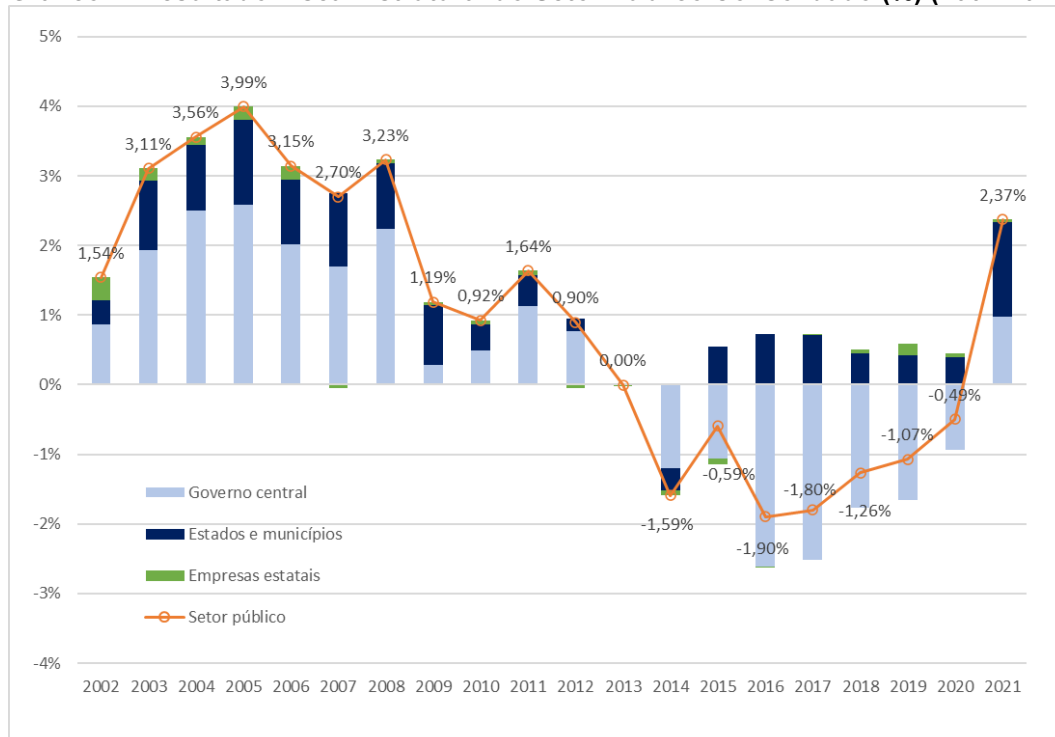
Gráfico 3: Decomposição do Resultado Primário do Setor Público Consolidado (%) (2002-2021)



Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Conforme destacado no Gráfico 4, as estatísticas de RFE indicam superávit estrutural do setor público consolidado de 2,37% do PIB.

Gráfico 4: Resultado Fiscal Estrutural do Setor Público Consolidado (%) (2002-2021)

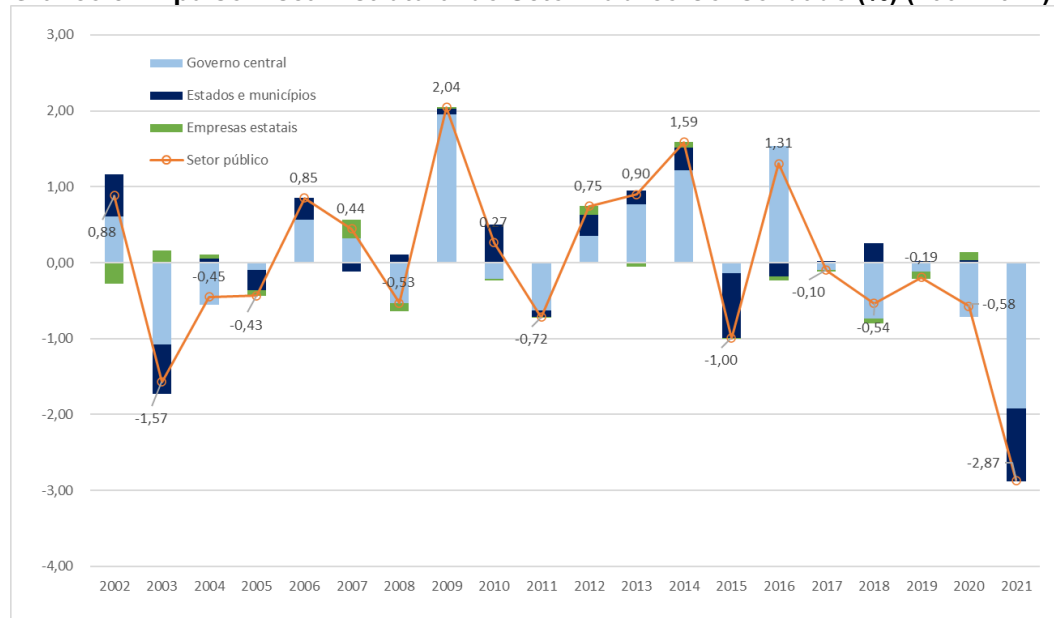


Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

No Gráfico 5, mostra-se a evolução do impulso fiscal estrutural do setor público consolidado, que mede a orientação da política por meio da variação de um ano para outro do RFE. Duas informações se destacam nesse gráfico.

Primeiro, após a crise de 2014-2016, observa-se o processo de consolidação fiscal iniciado a partir da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Teto dos Gastos (Novo Regime Fiscal), bem como a Nova Previdência. Segundo, o esforço fiscal estrutural do setor público consolidado correspondeu a um impulso fiscal estrutural de -2,87% do PIB em 2021, decomposto da seguinte forma: -1,92% do PIB (governo central), -0,96% do PIB (Estados, Distrito Federal e Municípios) e 0,01% do PIB (Empresas Estatais).

Gráfico 5: Impulso Fiscal Estrutural do Setor Público Consolidado (%) (2002-2021)



Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Por fim, a Tabela 1 mostra a decomposição do impulso fiscal estrutural por grupos de receitas e de despesas e por entes da Federação. Foi estimado em -2,56% do PIB o impulso fiscal recorrente do governo central.

Tabela 1 – Decomposição do Impulso Fiscal Recorrente (% PIB)

	2020	2021	Impulso Fiscal
Receitas do Governo Central (A)	20,85%	22,03%	-1,18%
IRPJ/CSLL	2,76%	3,49%	-0,73%
Demais receitas administradas	15,94%	15,55%	0,39%
Dividendos e Participações (BNDES, Petrobras e Outros)	0,15%	0,44%	-0,29%
Receitas de Exploração de Recursos Naturais	0,76%	1,08%	-0,33%
Demais receitas não administradas	17,18%	17,02%	-0,23%
Despesas do Governo Central (B)	19,10%	17,21%	-1,90%
Benefícios Previdenciários	8,89%	8,18%	-0,72%
Pessoal e Encargos Sociais	4,30%	3,79%	-0,51%
Demais Despesas	5,91%	5,24%	-0,67%
Transferências do Governo Central (C)	3,53%	4,07%	0,54%
Ajuste metodológico (D)	-0,03%	-0,01%	-0,02%
Impulso Fiscal Recorrente do Governo Central (E = A + B + C + D)			-2,56%
Recorrente dos Estados e Municípios (F)			-1,65%
Estatais (G)			0,01%
Recorrente do Setor Público Consolidado (H = E + F + G)			-4,20%
Cíclico (I)			-1,33%
Estrutural (J = H - I)			-2,87%

Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Pelo lado da receita, esse resultado do impulso fiscal recorrente é explicado pela dinâmica da arrecadação federal, que foi favorecida pela recuperação do nível de atividade econômica e pelo preço de algumas *commodities*. Especificamente, observa-se uma melhora na arrecadação federal dos tributos com base no lucro das empresas

(IRPJ e CSLL) em setores relacionados às indústrias extrativa e de transformação (por exemplo, setor automotivo). Além disso, a alta do preço das *commodities* (especialmente petróleo e minério de ferro), bem como a alta da taxa de câmbio, exerceram uma influência relevante, impulsionando a arrecadação das receitas de exploração dos recursos naturais. A depreciação real da moeda nacional e a elevação dos preços do barril de petróleo Brent no mercado internacional afetaram a arrecadação de *royalties* e participações especiais de petróleo da União dos governos subnacionais. Por fim, deve-se destacar o desempenho da arrecadação relacionada aos dividendos e participações, cuja justificativa reside na melhora do resultado da Petrobrás que se traduziu em uma elevação dos dividendos pagos por essa empresa à União.³ Deve-se lembrar que as receitas de dividendos e participações, assim como receitas de exploração de recursos naturais, referem-se a receitas não administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Do lado da despesa, o impulso fiscal recorrente é explicado majoritariamente pela contenção de despesas com pessoal ativo, bem como benefícios previdenciários. Ao se analisar os dados de despesas em proporção do PIB, comparando-se 2021 em relação a 2020, as informações constantes no Resultado do Tesouro Nacional apontam uma queda de 0,5 pontos percentuais na despesa de pessoal e encargos sociais (de 4,3% do PIB em 2020 para 3,8% do PIB em 2021) e 0,7 pontos percentuais na despesa com benefícios previdenciários (de 8,9% do PIB em 2020 para 8,2% do PIB em 2021). Por um lado, a redução nas despesas com pessoal se deveu à política de austeridade salarial aos servidores públicos civis, bem como a redução no ritmo de contratações por meio de concursos públicos. Por outro lado, a redução das despesas com benefícios previdenciários se deveu a uma redução do valor médio do benefício, bem como menor crescimento do número de benefícios emitidos, conforme pode ser analisado a partir das informações constantes no Boletim Estatístico da Previdência Social.

Acerca do impulso fiscal recorrente dos entes subnacionais, esses entes registraram superávit em 2021 com uma combinação de aumento de receitas próprias (ICMS, principalmente) e menores gastos, dada a impossibilidade de concederem reajustes aos servidores públicos. A Lei Complementar nº 173, que suspendeu em 2020 o pagamento da dívida dos estados, Distrito Federal e municípios com a União, proibiu os entes subnacionais de concederem reajustes ao funcionalismo público por dois anos.

Esses fatores resultaram em um impulso fiscal recorrente do setor público consolidado da ordem de -4,20% do PIB. E, considerando-se um impulso fiscal cíclico de -1,33% do PIB, obtém-se, ao final, o impulso fiscal estrutural do setor público consolidado da ordem de -2,87% do PIB.

A próxima seção apresenta um panorama do desempenho fiscal ao longo de 2021.

³ O pagamento de dividendos do BNDES registrou aumento considerável no ano de 2021 frente a 2020 (R\$ 13,6 bilhões em 2021 contra zero em 2020), porém parte deste valor (R\$ 4,95 bilhões) referiu-se à postergação do pagamento dos dividendos do exercício do ano de 2020. Desta forma, para calcular o resultado recorrente relacionado ao pagamento deste dividendo, considerou-se uma receita estrutural positiva no montante de R\$ 4,95 bilhões para o ano de 2020 e subtraiu-se este mesmo montante do valor observado em 2021.

Panorama Fiscal em 2021

Nos primeiros meses de 2021 ainda vigoravam medidas de restrição ao trabalho e mobilidade (*lockdowns*) em algumas localidades. Portanto, fez-se necessário o retorno de medidas de suporte ao emprego, à renda e ao crédito. Foi autorizada a reinstauração do benefício emergencial, por meio da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que, em contrapartida, estabeleceu gatilhos para a contenção de despesas obrigatórias da União, estados e municípios, e incluiu a sustentabilidade da dívida pública como critério norteador da política fiscal, a ser regulamentado por Lei Complementar. A partir do 2º trimestre, formou-se uma perspectiva de um quadro mais benigno para a pandemia no Brasil com queda no número de novos casos diários.

Em abril, foi aprovada a Lei nº 14.143/2021, que modificou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020), excepcionalizando das regras fiscais, em 2021, as despesas com saúde para combate à pandemia de Covid-19, bem como àquelas despesas decorrentes da continuidade do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. O total de créditos extraordinários referentes a essas despesas excepcionalizadas foi de R\$ 84,5 bilhões, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 5º bimestre de 2021.

Ao longo do segundo semestre foi necessário acomodar as regras fiscais ao crescimento expressivo de despesas com sentenças judiciais e precatórios para 2022. As Emendas Constitucionais nº 113/2021 e 114/2021 – ambas originárias da Proposta de Emenda Constitucional nº 23/2021 (PEC dos Precatórios) – definiram a revisão da indexação do Teto dos Gastos, através de duas medidas principais da PEC dos Precatórios: (i) mudança retroativa no indexador usado no cálculo do Teto dos Gastos; (ii) estabelecimento de um limite ao pagamento anual de despesas com sentenças judiciais e precatórios, com base no montante pago em 2016, reajustado pelo IPCA.

Em 2021, a arrecadação total das receitas federais alcançou R\$ 1,878 trilhão, alta de 17,36% em relação ao resultado de 2020, também considerando valores reais, ou seja, corrigidos pela inflação medida pelo IPCA. De acordo com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em seu relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro/2021”, esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões de impostos relacionados à atividade empresarial - IRPJ/CSLL - de janeiro a dezembro de 2021, e pelos recolhimentos extraordinários de R\$ 8 bilhões no mesmo período do ano anterior. Além disso, as compensações tributárias cresceram 14% no período acumulado. Deve-se destacar também que a dinâmica da arrecadação foi favorecida pela recuperação do nível de atividade econômica e pelo preço de algumas *commodities*, como o petróleo, embora ressalte-se que, em 2021, o hiato do produto permaneceu em média negativo, ao passo que o hiato do preço do petróleo permaneceu em média acima de sua tendência de longo prazo, conforme destacado na seção anterior.

As finanças públicas estaduais foram afetadas por fatores estruturais, decorrentes de leis complementares e emendas constitucionais, por fatores conjunturais e, eventualmente, transitórios. Os fatores estruturais referem-se à Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, assim como à Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021. Por um lado, a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021 contemplou, no capítulo IV, as medidas de reforço à responsabilidade fiscal, as quais consideraram a instituição de um regime extraordinário para o cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e alterações nos dispositivos da LRF, no que se refere ao cômputo da despesa total de pessoal. Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 109 (EC nº 109/2021), de 15 de março de 2021, promoveu, dentre outras alterações, a mudança da redação do Artigo 169 da Constituição Federal, esclarecendo que o limite para a despesa com pessoal a ser estabelecido em lei complementar abrange também as despesas com pensionistas.

A EC nº 109/2021 permitiu, entre outros temas, a utilização de superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo Federal para amortização da dívida pública do respectivo ente, o que reduz a pressão em relação ao cumprimento da Regra de Ouro prevista no Artigo 167, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Ademais, a EC nº 109/2021 instituiu “gatilhos” para contenção de despesas a serem adotados pelos estados, Distrito Federal e municípios quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes ultrapassar 95% no período de doze meses. Outro “gatilho” instituído pela referida emenda constitucional refere-se às despesas sujeitas aos limites do Teto de Gastos, descritas no Artigo 107 da Constituição. A EC nº 109/2021 prevê a aplicação, ao respectivo Poder ou órgão, de vedações ao aumento de despesas quando a proporção entre a despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total for superior a 95%. É importante citar, ainda, que a EC nº 109/2021 excepcionou da Meta de Resultado Primário, do Teto dos Gastos e da Regra de Ouro, para o exercício financeiro de 2021, as despesas com a concessão de auxílio emergencial destinado ao enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 até o limite de 44 bilhões de reais.

Conjuntamente, a EC nº 109/2021 e a Lei Complementar nº 178/ 2021 criaram regras para reduzir as divergências contábeis no cálculo da despesa com pessoal para fins de apuração do limite de despesa com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ademais, destaca-se a instituição do Programa de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) bem como uma nova regra fiscal constitucional limitando a contratação de operação de crédito e a edição de atos que aumente a despesa com pessoal caso o estado ou o município possua valores altos de despesas correntes em relação às receitas correntes. Outras mudanças foram as reformulações do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Por sua vez, os resultados advindos da reforma previdenciária da União podem incentivar os entes subnacionais a implementarem as suas próprias reformas, com efeitos duradouros em suas finanças.

Quanto aos fatores conjunturais, destacam-se eventos transitórios que permitiram o crescimento da receita, seja por meio de elevação da arrecadação ou aumento das transferências federais para estados, Distrito Federal e municípios. E, paralelamente, a vedação legal de se reajustar os salários dos servidores públicos em 2020 e 2021, mesmo em um cenário de inflação crescente, permitiu a contenção desse importante componente das despesas dos entes subnacionais. Argumenta-se ainda que a redução do peso das despesas obrigatórias no orçamento teve como contrapartida um aumento do dispêndio com investimento. Portanto, a conjunção desses fatores conjunturais em 2021 resultou em um dos maiores superávits fiscais da história dos governos subnacionais.

Apêndice

Apêndice A - Hiato do Produto

O hiato do produto é, na sua concepção mais geral, a diferença entre o produto potencial e o produto efetivo de uma dada economia em um dado espaço de tempo t , adotando-se a medida oficial do PIB como produto efetivo. O hiato (H_t) resulta da diferença percentual entre o PIB (Y_t) e uma estimativa do produto potencial⁴ (Y_t^*),

$$H_t = \frac{Y_t - Y_t^*}{Y_t^*}.$$

O produto potencial não é observável e sua estimação é feita a partir de modelo econométrico ou em procedimento puramente estatístico.

Em termos de modelagem econométrica, o método mais empregado é o da *função de produção* neoclássica. A função de produção é estimada a partir de agregados dos fatores de produção que são calculados em seus níveis de equilíbrio com dados do mercado de trabalho e de estoque de capital físico.

O produto potencial pode ser identificado com a tendência de médio a longo prazo do produto (produto tendencial). Nesse contexto, os métodos puramente estatísticos utilizados para extração de Y_t^* são aqueles que decompõem o PIB em tendência e componentes de curto prazo. Na essência são métodos de suavização que requerem unicamente a série histórica do PIB sem necessidade de informações de trabalho e capital. Os métodos de suavização podem ser métodos estatísticos básicos, como médias móveis e suavização exponencial, ou métodos da literatura econométrica com o filtro de Hodrick-Prescott (HP) entre outros.

A partir de 2011, a Secretaria de Política Econômica (SPE) passou a desenvolver um indicador de RFE para o monitoramento da política fiscal, valendo-se de estudos do IPEA e com colaborações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Receita Federal (RFB). Até 2014, os produtos relacionados ao RFE eram de circulação interna para fins exclusivos do planejamento estratégico do então Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2014, houve a primeira divulgação pública dos resultados fiscais estruturais no chamado Monitor de Política Fiscal. A partir de então, a divulgação passou a ser sistemática e anual com atualizações metodológicas. No período 2015-2017, a medição do hiato do produto no âmbito do RFE era feita unicamente com base no filtro HP. A partir de 2018, a SPE passou a utilizar a metodologia da função de produção buscando maior fundamentação teórica (econômica) e alinhamento com práticas de organismos internacionais. O RFE de 2019 seguiu, com algumas adaptações, a metodologia de função de produção (Cobb-Douglas com retornos constantes de escala) descrita em Souza Jr. e Caetano (2013) em associação com o filtro HP e médias históricas para o cálculo dos valores de equilíbrio do nível de utilização da capacidade instalada, do desemprego e da produtividade total dos fatores.

A SPE tem feito pequenos aprimoramentos em todas as etapas do RFE que estão detalhadas nas Notas Metodológicas que acompanham os boletins. No que se refere ao cálculo do PIB potencial e correspondente hiato do produto, a metodologia utilizada no RFE 2021 permanece sendo baseada na função de produção Cobb-Douglas com retornos constantes de escala. O nível de equilíbrio da produtividade total dos fatores é obtido com o filtro HP e as séries relacionadas aos níveis de equilíbrio dos fatores de produção são suavizadas por médias móveis ao invés de médias históricas. Os detalhes do processo de estimação do Hiato do Produto são reportados na Nota Metodológica do RFE 2021.

A Tabela A1 (ver também Figura A1) traz as estimativas anuais do hiato no período 2014—2021 e os resultados obtidos pela SPE no ano anterior (RFE'20). Observa-se que as estimativas que mais sofreram revisão foram para 2017 e 2020. Com a revisão usual das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e entrada de dados de 2021, o hiato estimado para 2020 foi de 6,9% revelando o efeito da contração causada pela crise sanitária mundial.

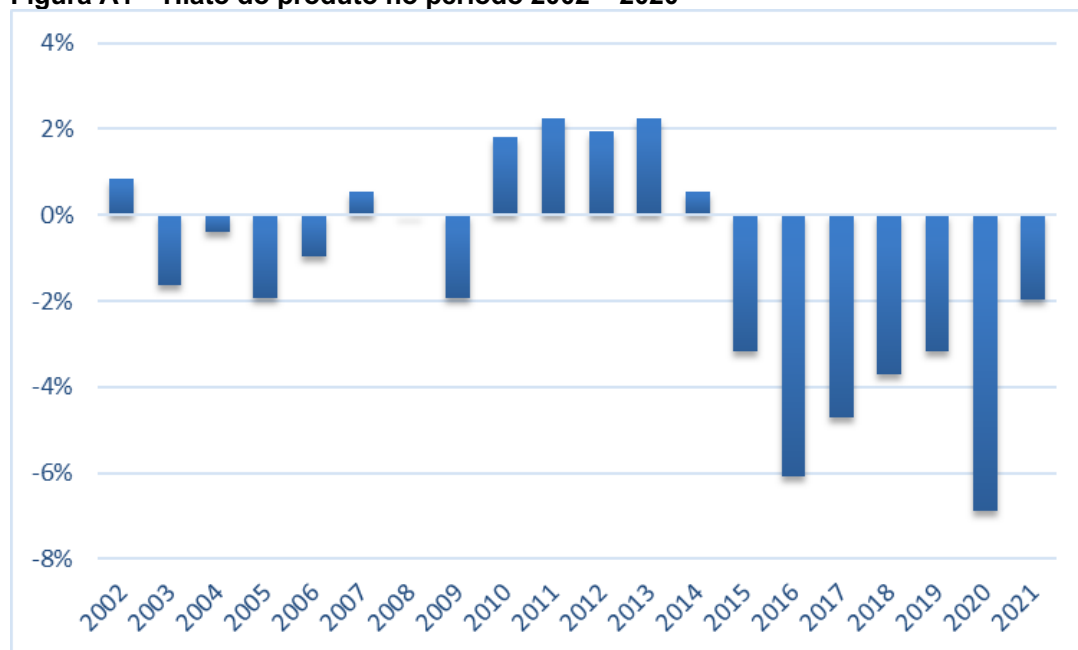
Os resultados trimestrais estão ilustrados na Figura A2. O valor negativo de aproximadamente 14% em 2T2020 chama a atenção para a ruptura causada pela crise sanitária na primeira metade de 2020 seguido de forte recuperação no segundo semestre e em ao longo de 2021.

⁴ Produto máximo da economia sem gerar aceleração inflacionária ou produto de equilíbrio.

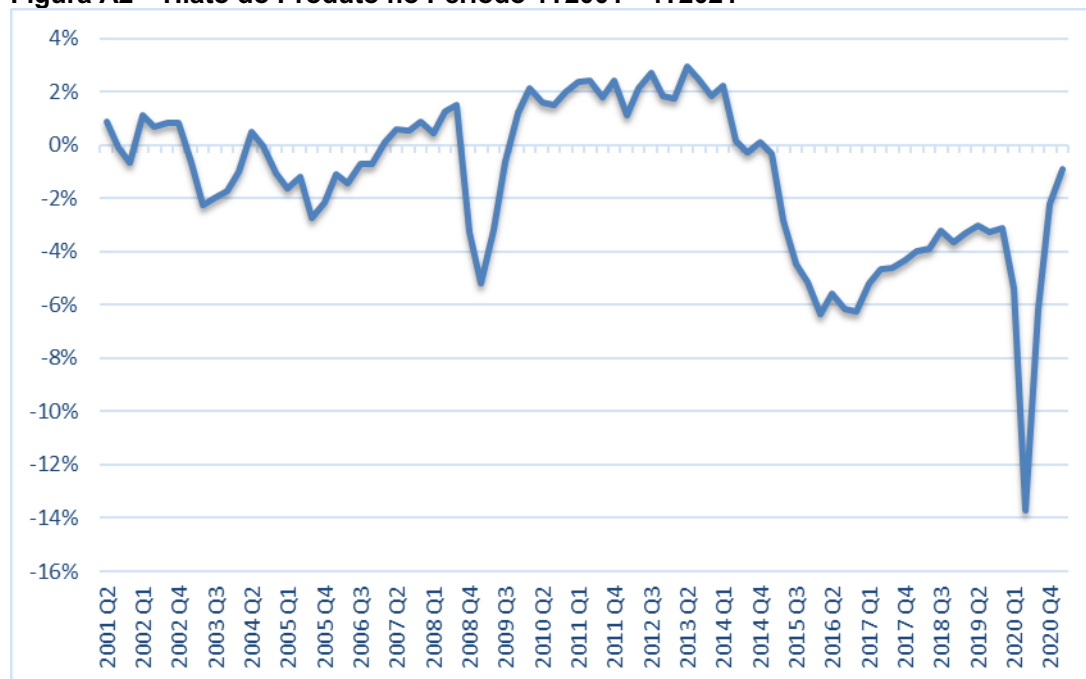
Tabela A1 – Hiato do produto no período 2014 – 2020

Hiato	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RFE'21	0,6	-3,2	-6,1	-4,7	-3,7	-3,2	-6,9	-2,0
RFE'20	0,9	-4,9	-7,1	-6,0	-3,3	-2,6	-3,8	-

Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Figura A1 – Hiato do produto no período 2002 – 2020

Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Figura A2 – Hiato do Produto no Período 1T2001 - 4T2021

Nota: Elaboração da Secretaria de Política Econômica

Apêndice B - Elasticidades

As elasticidades dos grupos de receita com relação ao ciclo econômico e à flutuação cíclica do preço do petróleo são obtidas pela estimação da receita de cada grupo, já ajustadas às receitas atípicas, com relação ao hiato do produto ou do preço do petróleo. Foram adotadas diferentes metodologias econométricas para se estimar as elasticidades dos grupos de receitas, sendo utilizadas as médias de estimativas obtidas de um modelo autorregressivo com tendência e defasagens distribuídas, e de duas variações do modelo de espaço de estados (estimado por filtro de Kalman) de componentes não observados, na qual uma série temporal pode ser decomposta

em tendência, sazonalidade, ciclo e erro. Os modelos econométricos e os procedimentos de estimação das elasticidades estão detalhadas na Nota Metodológica. Os resultados obtidos constam da Tabela B1. É importante destacar que a literatura costuma trazer estimativas de elasticidades de grupos de receita com respeito ao PIB efetivo e não com relação ao hiato e deve-se ter cautela em comparações com essas estimativas.

Tabela B1 - Elasticidades médias dos grupos de receitas.

Receita	Hiato do Produto	Hiato do Preço do Petróleo
RTOT	0,88	
ICMS	1,12	
ISS	0,51	
TRAN	1,21	
ROY		0,84
PE		0,86

Nota: RTOT: Receita total federal, exceto a parcela não recorrente, royalties e participações especiais; ICMS: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços; ISS: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; TRAN: Transferências Constitucionais para Estados e Municípios, e Transferência do Salário Educação; ROY: Receitas de *royalties*; PE: Participação Especial do petróleo.

Apêndice C – Eventos Fiscais não Recorrentes

Este apêndice tem por objetivo descrever um amplo inventário desde 1997 de eventos não recorrentes (ou seja, eventos extraordinários, atípicos ou *one-off effects*), e com baixa correlação com o nível de atividade econômica, devendo, portanto, ser analisados no cálculo da estimativa da posição fiscal estrutural do governo central. O expurgo desses valores dos resultados oficialmente reportados é fundamental para se obter o resultado recorrente do governo central. Este apêndice procura complementar a contribuição de Barros (2018) relacionada à elaboração de um inventário de receitas e despesas não recorrentes.

Conforme destacado por Schettini *et al.* (2011), as medidas extraordinárias (*one-off measures*) são decisões governamentais atípicas que afetam a posição fiscal contemporânea do governo, mas com efeito apenas temporário. Em outras palavras, seus efeitos, geralmente, de aumentar as estatísticas fiscais, são exclusivos a um dado ano ou, no máximo, a poucos anos e desaparecem nos seguintes ou até mesmo podem estar associadas a efeitos contrários de redução destas estatísticas. Para exemplificar, as receitas de concessões de telefonia celular e a operação de cessão onerosa de barris de petróleo (líquida da capitalização) à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) contribuíram para um saldo primário extraordinário superior a 0,9 ponto porcentual (p.p.) do PIB nos anos de 1998 e 2010, respectivamente. Uma medida extraordinária no sentido contrário foi a capitalização do Fundo Soberano do Brasil no ano de 2008, contabilizada como uma despesa primária, o que fez com que o resultado primário reportado oficialmente nas estatísticas do Tesouro Nacional fosse reduzido em algo próximo a 0,5% do PIB, que poderia ser utilizado no futuro pelo governo para cobrir despesas primárias e, quando isto ocorresse, teria o efeito de aumentar o resultado primário.

C.1 Receitas não Recorrentes

Pelo lado das receitas, destacam-se os seguintes eventos não recorrentes (ver Tabela C.1): ingressos a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobrás; Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 9.964/2000)⁵; Parcelamento Excepcional – PAEX (Medida Provisória nº 303/2006)⁶; Parcelamento Especial – PAES

⁵ **Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).** O Programa de Recuperação Fiscal foi instituído pela Medida Provisória nº 1.923, de 6 de outubro de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000. Este diploma legal estabeleceu duas modalidades de parcelamento unificado dos débitos de responsabilidade de pessoas jurídicas, vencidos até 29 de fevereiro de 2000 e relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e, na época, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No art. 2º desta Lei, foi criado parcelamento sem prazo definido cujas parcelas são calculadas com base na receita do devedor. Alternativamente a este parcelamento foi definido no art. 12 da Lei nº 9.964, de 2000, parcelamento em 60 parcelas iguais e sucessivas. Disponível em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/refis>> Acesso em 04/04/2021.

⁶ **Parcelamento Excepcional (PAEX).** Modalidades de parcelamentos dos débitos de pessoas jurídicas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, à antiga Secretaria da Receita Federal – SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, criados pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006. Informações adicionais disponíveis em: <<

(Lei nº 10.684/2003)⁷; Programa Especial de Parcelamento de Dívidas/Programa de Recuperação Fiscal – REFIS da Crise (Lei nº 11.941/2009)⁸; REFIS das Coligadas (Lei nº 12.865/2013)⁹; REFIS da Copa (Lei nº 12.996/2014)¹⁰; Programa de Regularização Tributária – PRT (Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017)¹¹; Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – e parcelamentos da dívida ativa (Lei nº 13.496/2017)¹²; recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor

https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/paex>> Acesso em 04/04/2021.

⁷ **Parcelamento Especial (PAES).** Parcelamento especial, instituído por meio da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, que permitiu o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003 junto: **a)** à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União; **b)** ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (oriundos de contribuições patronais). Informações adicionais disponíveis em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/paes>>. Acesso em 04/04/2021.

⁸ **Programa “REFIS da Crise”:** a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão da Medida Provisória nº 449/2008), nos artigos 1º a 13, trouxe a possibilidade de, até o dia 30 de novembro de 2009, pagar ou parcelar, em até 180 meses, débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com reduções sobre juros de mora, multas (de mora e de ofício), multas isoladas e encargo geral. Essa lei foi regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2009 (Disponível em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-nb0-11-941-2009-mp-449>> Acesso em 04/04/2021). Nesse programa foram criadas 14 modalidades entre pagamento à vista e parcelamento de dívidas, com redução de 60% a 100% das multas, e de 45% a 25% dos juros de mora, com a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL para pagamento desses acréscimos (saldos após as reduções). Esse programa teve a adesão de 886.353 contribuintes, sendo 717.761 pessoas jurídicas e 168.592 pessoas físicas (BRASIL, 2017).

⁹ **“REFIS das Coligadas”.** **Primeira reabertura do prazo de adesão ao REFIS da Crise:** a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, permitiu que os contribuintes pudessem, até 31 de dezembro de 2013, incluir no parcelamento especial os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008. **Segunda reabertura do prazo de adesão ao REFIS da Crise:** a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, alterou o art. 17 da Lei nº 12.865/2013, reabrindo o prazo para adesão ao parcelamento especial até o dia 31 de julho de 2014. **Observação:** devido à similaridade e à proximidade entre essas 2 (duas) reaberturas, os programas foram unificados. No total 102.176 contribuintes aderiram ao Programa, sendo 71.435 pessoas jurídicas e 30.741 pessoas físicas. **Parcelamento do PIS e da Cofins das Instituições Financeiras:** a Lei nº 12.865, de 2013, instituiu e a Lei nº 12.973, de 2014, reabriu o prazo para parcelamento em até 60 (sessenta) meses de débitos de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento para a Seguridade Social (Cofins) devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2013, com redução de 80% das multas e de 40% dos juros de mora. Ao todo, foram registrados 41 optantes no Programa (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-no-12-865-2013-reabertura-da-lei-no-11-941-2009>> Acesso em 04/04/2021.

¹⁰ **“REFIS da Copa”.** **Terceira reabertura do prazo de adesão ao Refis da Crise:** A Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, trouxe nova reabertura dos parcelamentos da Lei nº 11.941, de 2009. Essa reabertura possibilitou a inclusão de débitos vencidos até dezembro de 2013 e exigiu pagamento inicial de percentual de 5%, 10%, 15% ou 20% do valor da dívida, dependendo do montante a ser parcelado, que poderiam ser pagos em 5 parcelas nos primeiros 5 (cinco) meses do parcelamento. **Quarta reabertura do prazo de adesão ao Refis da Crise:** A Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, alterou o art. 2º da Lei nº 12.996/2014, reabrindo o prazo para adesão ao parcelamento especial até o dia 1º de dezembro de 2014. **Observação:** da mesma forma, como os Programas foram idênticos e em prazos muito próximos, a adesão foi unificada. Foram registrados 326.948 contribuintes optantes, sendo 222.960 pessoas jurídicas e 103.988 pessoas físicas (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/lei-nb0-12-996-2014>>. Acesso em 04/04/2021.

¹¹ **Programa de Regularização Tributária (PRT):** Instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017. Nesse programa, débitos vencidos até 30 de novembro de 2016 poderiam ser liquidados da seguinte forma: *i)* 20% à vista e o restante com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal ou Base de Cálculo Negativa da CSLL ou ainda outros créditos, ou então parcelados em 96 parcelas; ou *ii)* 24% em espécie, em 24 parcelas, e o restante com créditos; ou *iii)* 120 parcelas escalonadas. Este programa teve a **adesão de 100.499 contribuintes**, sendo 69.697 pessoas jurídicas e 30.802 pessoas físicas (BRASIL, 2017). Informações adicionais disponíveis em: <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/programa-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-766-2017/programa-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-766-2017>>. Acesso em 04/04/2021.

¹² **Programa Especial de Regularização Tributária (PERT):** instituído pela Medida Provisória nº 783, convertida na Lei nº 13.496, o PERT teve o prazo para adesão reaberto por três vezes. Sendo regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017 (Disponível em: << https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/parcelamentos-1/copy_of_parcelamentos/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017>> Acesso em 04/04/2021). Nesse programa, ao qual **aderiram de 740.311 contribuintes**, sendo cerca de 443 mil pessoas jurídicas e 297 mil pessoas físicas, dívidas vencidas até 30/4/2017, poderiam ser liquidadas por uma das seguintes formas: *i)* pagamento em espécie de no mínimo 20% do valor da dívida, sem reduções, em 5 parcelas vencíveis em 2017, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal (PF) e base de cálculo negativa da CSLL (BCN) ou de outros créditos próprios relativos a tributos; ou *ii)* parcelamento em 120 prestações, sem reduções, calculadas com aplicação de percentuais escalonados sobre o valor da dívida; ou *iii)* pagamento em espécie de no mínimo 20% da dívida, sem reduções, em 5 parcelas vencíveis em 2017, e o restante em uma das seguintes condições: quitação em janeiro de 2018, em parcela única, com reduções de 90% de juros e de 70% das multas; parcelamento em até 145 parcelas, com reduções de 80% dos juros e de 50% das multas; ou parcelamento em até 175 parcelas, com reduções de 50% dos juros e de 25% das multas, com parcelas

(RPV) federais (Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017); equacionamento de passivos (Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015); compensações tributárias ocorridas em 2020.

Na Tabela C.1 reporta-se na rubrica “arrecadações atípicas – RFB” os valores de arrecadações atípicas considerados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Entretanto, nos relatórios “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” elaborados pela RFB, encontram-se registrados os eventos não recorrentes, em termos de arrecadações atípicas, de maior relevância. Com base nesses relatórios, foi elaborada a Tabela C.3 no intuito de se descrever, em linhas gerais, esses eventos não recorrentes.

Em 2021, a arrecadação total das receitas federais alcançou R\$ 1,878 trilhão, alta de 17,36% em relação ao resultado de 2020, também considerando valores reais, ou seja, corrigidos pela inflação medida pelo IPCA. De acordo com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em seu relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro/2021”, esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões de impostos relacionados à atividade empresarial - IRPJ/CSLL - de janeiro a dezembro de 2021, conforme visto na Figura C.1. Deve-se destacar também que a dinâmica da arrecadação foi favorecida pela recuperação do nível de atividade econômica e pelo preço de algumas *commodities*, como o petróleo. Esses aspectos serão detalhados a seguir.

Na comparação entre 2020 e 2021, as compensações tributárias apresentaram um crescimento real de 14,41% (2021: R\$ 216,3 bilhões; 2020: R\$ 189,1 bilhões). Deve-se lembrar que poderia haver uma arrecadação maior, caso não houvesse o crescimento nas compensações tributárias. Esse crescimento é decorrente, basicamente, de créditos que foram reconhecidos em razão de decisões judiciais, conforme pode ser visto na Figura C.2 a seguir. As compensações tributárias cresceram em função da utilização de créditos oriundos de ações judiciais, particularmente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do ICMS fazer parte da base de cálculo do PIS e da COFINS. A premissa básica é que as empresas utilizam os créditos tributários quando se tem dificuldades de fluxo de caixa. Uma vez que o momento da utilização do crédito é discricionário, assim como ocorreu em 2020, muitas empresas continuaram a fazer uso desse crédito tributário como sendo uma forma de fazer frente a eventuais restrições no fluxo de caixa, em decorrência da crise provocada pela pandemia, cujos efeitos continuaram sendo observados em 2021. Portanto, na iminência de uma perda de liquidez, isto é, de incapacidade de continuar honrando seus pagamentos, as empresas lançaram mão do seu direito de compensação. O valor das compensações tributárias encontra-se atualizado para R\$ 38,8 bilhões a partir de consultas feitas no Tesouro Gerencial, conforme informado na Tabela C.1.

No que se refere aos recolhimentos atípicos relacionados ao IRPJ/CSLL, em 2020 foram recolhidos apenas R\$ 8,4 bilhões, ao passo que em 2021 os recolhimentos atípicos nesses tributos foram da ordem de R\$ 44,2 bilhões, conforme valores atualizados na Tabela C.1. Deve-se destacar que houve um crescimento expressivo da arrecadação de alguns setores que tiveram um desempenho extraordinário no ano de 2021, por exemplo, os setores de metalurgia e de extração de minerais. Esses setores estão relacionados ao ciclo de valorização do preço dessas *commodities* no exterior. Mais recentemente, tem-se observado também um crescimento da arrecadação do setor de combustíveis, bem como crescimento nas operações de reorganizações societárias que elevam os ganhos de capital e estão sujeitos à tributação pelo imposto de renda. Ainda em 2021, houve uma parcela do Imposto de Renda Pessoa Física relativa a 8ª cota do ajuste de 2019 no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Além disso, foram observados movimentos diferentes e opostos nas alíquotas do IOF Crédito. Por um lado, em 2020 essas alíquotas foram zeradas por conta do arrefecimento da atividade econômica verificado na pandemia, representando uma perda da ordem de R\$ 18 bilhões. Por outro lado, em 2021 houve uma majoração das alíquotas do IOF Crédito para os meses de outubro, novembro e dezembro, assegurando um acréscimo na arrecadação da ordem de R\$ 2,1 bilhões, aproximadamente.

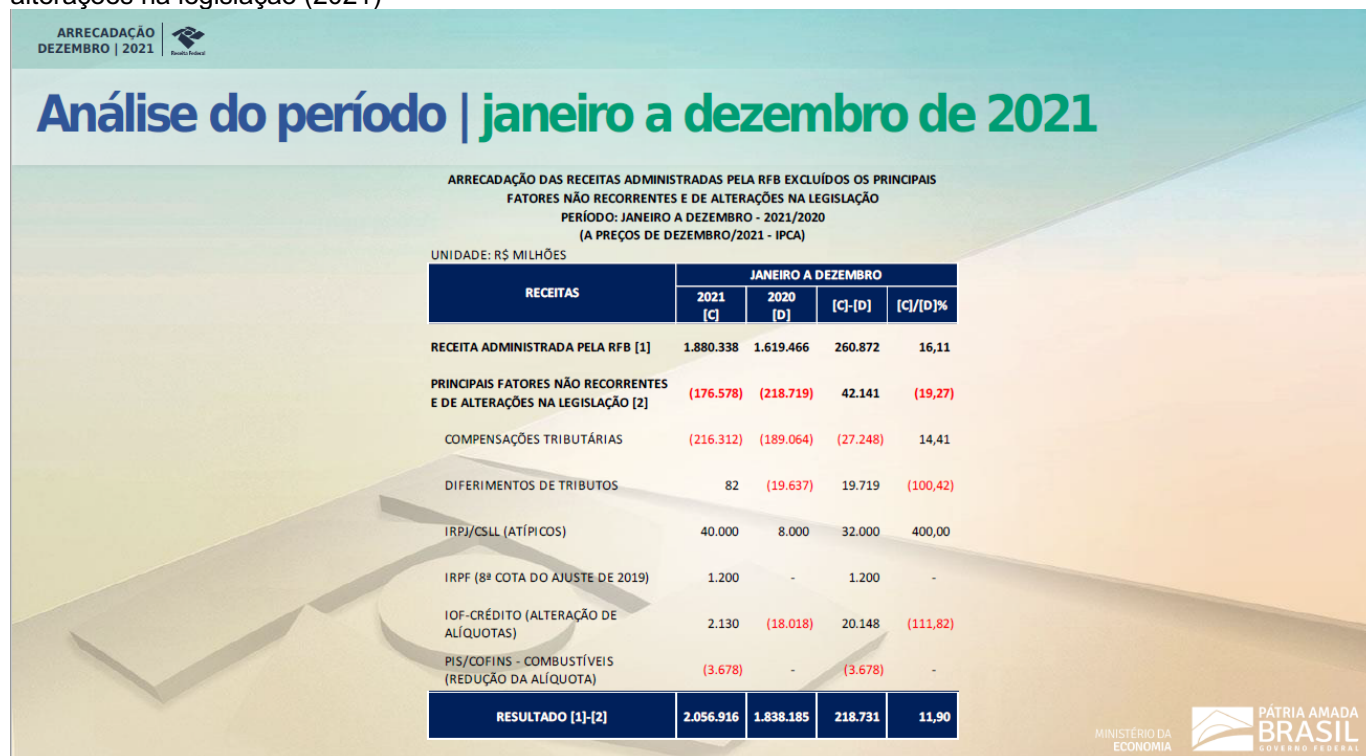
Houve também alterações na legislação incidente sobre os combustíveis em abril e maio de 2021, como uma medida para atenuar os efeitos no preço dos combustíveis. A redução das alíquotas de PIS/COFINS sobre óleo diesel gerou uma perda de arrecadação de R\$ 3,7 bilhões.

Deve-se lembrar que os diferimentos tributários foram de R\$ 82 milhões em 2021, em contraponto com a redução em 2020 de, aproximadamente, R\$ 19,7 bilhões. Em 2021, nem todas as empresas que recolhiam pelo regime tributário Simples Nacional aderiram a possibilidade de pagamento de tributos em momento posterior, de modo que parte dessas empresas continuaram a pagar regularmente. Tratou-se de uma sinalização positiva da recuperação da atividade econômica.

correspondentes a 1% da receita bruta do mês anterior, não inferior a 1/175 da dívida consolidada; o contribuinte que quisesse parcelar dívida total inferior a R\$ 15 milhões teve benefícios adicionais como a redução do valor do pagamento em espécie e a possibilidade de utilização de créditos relativos a tributos (BRASIL, 2017).

Ao expurgar esses fatores não recorrentes, obteve-se em 2021 um desempenho positivo de 11,9% em relação ao ano anterior, ou seja, mesmo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil expurgando esses fatores não relacionados à atividade econômica, registrou-se um desempenho positivo na arrecadação federal em relação ao ano de 2020 (ver Figura C1 a seguir).

Figura C.1 – Arrecadação das receitas administradas pela RFB excluídos os principais fatores não recorrentes e de alterações na legislação (2021)



Fonte: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2021).

Destaca-se o comportamento dos seguintes tributos ao longo de 2021:

- O aumento da arrecadação do PIS/COFINS sobre as importações devido a dois fatores: (i) crescimento das importações em moeda estrangeira (dólar); (ii) base de cálculo que resulta da conversão da moeda de importação (dólar) para a moeda nacional (Real) que é a base dos tributos.
- Houve alterações de alíquotas do IPI no período de abril a dezembro de 2020. Diversos produtos industrializados relacionados à área de Saúde tiveram suas alíquotas zeradas.
- Desempenho considerável da arrecadação das contribuições previdenciárias. Em 2021, houve um aumento real de 12% em relação a 2020, devido aos seguintes fatores: (i) recuperação, ainda que parcial, do mercado de trabalho devido ao crescimento da massa salarial; (ii) setor de serviços apresentou crescimento de, aproximadamente, 9,53%, na comparação entre 2020 e 2021, e esse crescimento alavancou determinado grupo de empresas que, majoritariamente, estão no segmento de empresas que recolhem pelo regime tributário Simples Nacional.
- Aumento real de 25% do imposto de renda pessoa física, impulsionado pelo ganho de capital na alienação de bens, em torno de R\$ 5 bilhões em relação a 2020, bem como alienação de participações societárias.
- Crescimento da arrecadação do IPI interno (isto é, o IPI exceto vinculado às importações), cuja arrecadação em termos reais cresceu 10%, devido ao crescimento bastante expressivo no setor de metalurgia, cujo percentual de variação positiva foi em torno de 146% em relação a 2020. Houve também crescimento da arrecadação do IPI auferido e apurado pelo comércio atacadista, na ordem de 19,14%. Por fim, o setor que se destacou muito no período pós-pandemia foi o setor de fabricação de produtos de borracha e de materiais plásticos, com crescimento na ordem de 29%. A arrecadação do IPI interno refletiu o desempenho da indústria como um todo, que cresceu em torno de 5,06%, mas que teve desempenho extraordinário dos setores de metalurgia e de comércio atacadista.
- Houve crescimento de 9,7% na arrecadação do imposto de renda retido na fonte relacionado às remessas ao exterior, sendo que os itens determinantes desse crescimento foram rendimentos do trabalho, bem como *royalties* e assistência técnica. Em outras palavras, quando as empresas brasileiras começaram a se recuperar, elas começaram a contratar mais serviços no exterior. E a contratação desses serviços no exterior gerou, no pagamento desses serviços, a obrigatoriedade de retenção do imposto de renda retido na fonte,

o que foi determinante para explicar o crescimento na arrecadação do imposto de renda retido na fonte devido às remessas ao exterior.

- A partir de junho de 2021, houve um crescimento no imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos de capital, isto é, rendimentos de aplicações financeiras. Isso decorreu de alguns fatores: (i) crescimento da taxa de juros, ou seja, a base de cálculo desse tributo é o rendimento que é auferido com base na taxa de juros; (ii) crescimento do rendimento dos fundos; (iii) migração da base, pois antes havia um patrimônio investido no mercado de renda variável que migrou para o mercado de renda fixa.

Figura C.2 – Compensações Tributárias



Fonte: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2021).

No que se refere à arrecadação das receitas não administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme dito anteriormente, duas situações se destacam em 2021. Em primeiro lugar, no que se refere à arrecadação relacionada aos dividendos e participações, constatou-se melhora do resultado da Petrobrás que se traduziu em uma elevação dos dividendos pagos por essa empresa à União. Além disso, o pagamento de dividendos do BNDES registrou aumento no ano de 2021 frente a 2020 (R\$ 13,6 bilhões em 2021 contra zero em 2020), porém parte deste valor (R\$ 4,95 bilhões) referiu-se à postergação do pagamento dos dividendos do exercício do ano de 2020. Desta forma, para calcular o resultado recorrente relacionado ao pagamento deste dividendo, considerou-se uma receita estrutural positiva no montante de R\$ 4,95 bilhões para o ano de 2020 e subtraiu-se este mesmo montante do valor observado em 2021.

C.2 Despesas e Transferências não Recorrentes

Pelo lado das despesas, destacam-se os seguintes eventos não recorrentes, isto é, operações extraordinárias ou atípicas (ver Tabela C.2): cessão onerosa e operações de capitalização da Petrobrás; antecipação de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND); equacionamento do Passivo do Tesouro Nacional determinados pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015 (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil em suas Econômico-Financeiras para a Imprensa - Estatísticas Fiscais – Quadro XLIV – Equacionamento de passivos – evidenciação dos impactos, na forma do Acórdão TCU nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Primário – fluxos mensais); Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE (Fundo Soberano do Brasil); e despesas do governo central relacionadas ao combate ao COVID-19.

No que se refere ao efeito dos passivos listados pelo Tribunal de Contas da União, Barros (2018, p. 50) destaca que, como seu impacto fiscal passou a levar em consideração a apuração pelo regime de competência, sua constituição impactou mais fortemente o resultado primário do governo central ao longo dos anos. Contudo, no presente boletim, o cálculo do RFE está em consonância com o critério “acima-da-linha” para o cálculo do resultado primário, de modo que a interpretação aqui é a mesma feita em Barros (2018, p. 50), mas com sinal contrário. Ou seja, enquanto o efeito líquido do equacionamento de passivo é positivo em R\$ 2.766,3 milhões durante todo o período da série

histórica, seu impacto foi negativo em R\$ 43.114,4 milhões entre janeiro a dezembro de 2014, e positivo em R\$ 45.880,7 milhões em 2015.

Quanto à operação de capitalização da Petrobrás em setembro de 2010, Giambiagi e Além (2016, p. 215) destaca que se trata de um evento tipicamente isolado no tempo (*once and for all*), que acarretou um adicional do superávit primário de pouco mais de 0,8% do PIB. Porém, no caso do governo central, embora a soma das diversas despesas primárias – incluindo as transferências a estados e municípios – tenha se conservado como proporção do PIB, houve uma alta expressiva da receita, de quase 1% do PIB, que não se traduziu em um aumento da mesma proporção do resultado primário, pelo fato de as contas de 2011 já não incluírem a rubrica do reforço da citada operação, incidente nas contas do ano anterior.

Quanto ao Fundo Soberano do Brasil (FSB), tem-se o seguinte tratamento estatístico. Pelo fato do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) possuir natureza privada, os impactos fiscais se apresentam quando da integralização ou resgate de cotas do FFIE por parte do FSB. A aquisição ou resgate de cotas de fundos de investimento representa, respectivamente, despesa ou receita de natureza primária. Dessa forma, o resgate de cotas do FFIE pelo FSB apresenta impacto fiscal superavitário no cálculo do Resultado Primário do Tesouro Nacional, enquanto a integralização das cotas tem impacto deficitário (como ocorrido em dezembro de 2008). No relatório Resultado do Tesouro Nacional, o registro na estatística fiscal das operações primárias envolvendo o FFIE é apresentado em rubrica específica intitulada “V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL – FSB” pelo seu valor líquido, ou seja, regates menos integralizações, sendo o impacto no resultado primário do Governo Central refletido na conta “VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL”. Esse procedimento separa tais operações das contas de receitas e despesas de modo a evitar descontinuidades dessas séries, preservar a adequada análise de evolução de tais agregados e segregar as operações de aumento ou diminuição de poupança pública através do FFIE. Para fins do cálculo do RFE, considera-se o negativo dos valores correspondentes reportados no Resultado do Tesouro Nacional. Por fim, deve-se destacar que Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi um fundo público vinculado ao Ministério da Fazenda, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e extinto pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica).

Para mitigar o impacto dessa pandemia, o governo federal implementou um grupo de medidas fiscais em 2020 que resultaram em um déficit primário do setor público consolidado de 9,41% do PIB, segundo dados do Banco Central do Brasil. As medidas emergenciais foram incluídas em um orçamento separado, denominado “Orçamento de Guerra” instituído pela Emenda Constitucional nº 106/2020, não vinculado às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Regra de Ouro constitucional. As medidas fiscais incluíram: (i) a expansão dos gastos com saúde; (ii) apoio temporário à renda de famílias vulneráveis (por exemplo: auxílio emergencial visando transferência de renda para trabalhadores informais e de baixa renda; antecipação do 13º pagamento de aposentadorias e pensões; expansão do programa Bolsa Família; e pagamentos antecipados de abono salarial para trabalhadores de baixa renda); (iii) apoio ao emprego por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, em que o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (“BEm”) foi pago quando houve acordos entre trabalhadores e empregadores nas situações de: redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho; (iv) redução de impostos e taxas de importação sobre suprimentos médicos essenciais e; (v) novas transferências do governo federal para os governos estaduais para apoiar o aumento dos gastos com saúde e auxiliar contra a queda esperada na arrecadação tributária estadual. Além disso, os bancos públicos expandiram as linhas de crédito para empresas e famílias, com foco no apoio ao capital de giro, e o governo apoiou linhas de crédito para pequenas e médias empresas, assim como microempresas, visando cobrir custos de folha de pagamento, capital de giro e investimento. Muitas das medidas expiraram no fim de 2020.

É importante mencionar o apoio financeiro (auxílio emergencial) da União aos entes subnacionais. Esse apoio esteve relacionado ao combate à pandemia de COVID-19, os quais totalizaram R\$ 78.247,0 milhões (segundo critério de “valor pago”), conforme dados do Resultado do Tesouro Nacional divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Essas transferências aos entes subnacionais referem-se a: (1) Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências), R\$ 60.148,9 milhões; (2) Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020 (Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19), R\$ 15.098,3 milhões; (3) repasses fundo a fundo da Saúde. Houve também a interrupção dos pagamentos da dívida junto à União durante a pandemia, nos termos da Lei Complementar nº 173/2020.

Em 2021, as despesas primárias não recorrentes relacionadas ao combate à pandemia totalizaram R\$ 120,8 bilhões, conforme reportado na Tabela C.2

Tabela C.1 – Receitas não Recorrentes (extraordinárias ou atípicas) (R\$ Milhões)

Receitas não Recorrentes	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(1.1)(1.2)}														74.807,6
Concessões e Permissões ⁽²⁾	1.517	9.358	9.151	5.227	4.381	1.820	402	1.254	827	985	2.064	6.080	3.091	1.158
Cessão de Dividendos da Eletrobrás ⁽³⁾													3.496	1.400
Antecipação de Dividendos ⁽⁴⁾														
Depósitos Judiciais (CEF) ⁽⁵⁾													8.883	
Precatórios (Lei nº 13.463/2017) ⁽⁶⁾														
Outras receitas atípicas ⁽⁷⁾														
REFIS ⁽⁸⁾													8.137	
Arrecadações Atípicas – RFB ⁽⁹⁾						19.605	8.680	3.654	4.878	5.323	9.317	6.542	16.051	12.397
Compensações Tributárias não recorrentes (2020) ⁽¹⁰⁾														
Diferimento de Tributos (2020) ⁽¹¹⁾														
Redução do IOF Crédito (2020) ⁽¹²⁾														
Total	1.517	9.358	9.151	5.227	4.381	21.425	9.083	4.908	5.705	6.308	11.381	12.622	39.658	89.763
Receitas não Recorrentes	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(1.1)(1.2)}									84.684					
Concessões e Permissões ⁽²⁾	3.938	2.237	22.073	7.921	5.891	21.908	32.106	21.929	8.598	8.179	9.866			
Cessão de Dividendos da Eletrobrás ⁽³⁾														
Antecipação de Dividendos ⁽⁴⁾		10.333	-10.333							-4.949	4.949			
Depósitos Judiciais (CEF) ⁽⁵⁾														
Precatórios (Lei nº 13.463/2017) ⁽⁶⁾							11.070	1.302						
Outras receitas atípicas ⁽⁷⁾			1.800											
REFIS ⁽⁸⁾	6.757		21.786	19.949			20.331							
Arrecadações Atípicas – RFB ⁽⁹⁾	16.174	3.545	6.466	5.000	16.300	47.027	9.300	14.491	16.940	8.400	44.229			
Compensações Tributárias não recorrentes (2020) ⁽¹⁰⁾										-61.241	-38.805			
Diferimento de Tributos (2020) ⁽¹¹⁾										-19.557				
Redução do IOF Crédito (2020) ⁽¹²⁾										-19.690				
Total	26.869	16.115	41.792	32.870	22.191	68.935	72.807	37.722	110.221	-88.859	20.239	0	0	0

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal/Secretaria de Política Econômica/Ministério da Economia.

Nota:

1.1 – **Cessão Onerosa.** Ingresso a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobrás ocorrido em setembro/2010, conforme estabelecido na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, v. 16, n. 9, setembro/2010, pag. 2. Disponível em: <<[<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2010/9>>>>. Acesso em: 14 de 11.2.549,8fevereiro de 2021.](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2010/9)

1.2 – **Cessão Onerosa.** Em dezembro/2019, houve recebimento de recursos relativos ao leilão da cessão onerosa de petróleo (R\$ 70,6 bilhões), mais o ingresso de R\$ 8,9 bilhões da 16ª rodada de concessões de campos de petróleo e de R\$ 5,0 bilhões da 6ª rodada de partilha do petróleo do pré-sal sem contrapartida em dezembro de 2018, aproximadamente. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.2, Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões – valores correntes. Disponível em: << [<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 25, n. 12 – dezembro de 2019 – pág. 7, e Sumário Executivo](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12)

2 – **Concessões e Permissões.** Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.2, Tabela 1.2. Receitas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões – valores correntes. Rubrica: Concessões e Permissões. Observação: em novembro de 2013, registra-se o valor de R\$ 15.014,8 milhões relacionado ao bônus de assinatura de contrato de concessão de petróleo e gás (campo de libra) pago pelo consórcio vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob regime de partilha. Esse consórcio vencedor foi formado pelas empresas Petrobrás, Shell, Total, CNPC e CNOOC.

3 – **Cessão de Dividendos da Eletrobrás.** Cessão de Dividendos da Eletrobrás pelo BNDES.

4 – **Antecipação de Dividendos.**

5 – **Depósitos Judiciais (CEF).** Recuperação de depósitos judiciais junto à Caixa Econômica Federal.

6 – **Precatórios (Lei nº 13.463/2017).** Essa lei dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. Essa lei determinou o cancelamento de precatórios e RPV federais que não tivessem sido levantados pelo credor no prazo de até dois anos. Fonte: Tesouro Gerencial – Natureza de Receita 19221211 (Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais não Sacados – Principal).

7 – **Recursos do Incra,** em 2013.

8 – **REFIS.** Considere o somatório dos valores dos seguintes programas visando ajustes na série histórica para fins de estimações econométricas para o cálculo das elasticidades das receitas em relação ao hiato do produto: (i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 9.964/2000); (ii) PAEX (Medida Provisória nº 303/2006); (iii) Parcelamento Especial – PAES (Lei nº 10.684/2003); (iv) Parcelamento de Dívidas – REFIS da Crise (Lei nº 11.941/2009); (v) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/2017); (vi) REFIS das Coligadas (Lei nº 12.865/2013); (vii) REFIS da Copa (Lei nº 12.996/2014); (viii) Programa de Regularização Tributária – PRT (Medida Provisória 766/2017).

Dois observações se fazem necessárias. Primeiro, no que se refere aos ajustes nas receitas para fins de estimação das elasticidades, considera-se a diferença dos valores dos parcelamentos em relação ao mesmo mês do ano anterior. Segundo, no que se refere ao cálculo da estimativa do RFE, a partir de 2018 já não mais se reportam valores visto que os recolhimentos do REFIS são regulares, ou seja, não se podem mais serem considerados como eventos não recorrentes – os parcelamentos são de 15 anos.

9 – **Arrecadações atípicas.** Tratam-se valores, em R\$ milhões, de arrecadações atípicas (receitas não recorrentes ou receitas extraordinárias) fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Entretanto, nos relatórios intitulados “Análise da Arrecadação de Receitas Federais” elaborados pela RFB, são informados apenas os valores de arrecadações atípicas mais relevantes para explicar o conjunto das arrecadações. Isso não significa que não se esteja registrando outras arrecadações não recorrentes que são utilizadas, principalmente, para fins de ajuste das bases com o objetivo de estimativa de arrecadação. Um exemplo típico são as arrecadações de Swap. No relatório, somente se faz menção ao crescimento desse item. No entanto, valores da ordem de centenas de milhões de reais não são usuais e, em circunstâncias normais, não deveriam ser consideradas para fins de projeções de receitas, por exemplo. Apesar disto, esses relatórios se mostram um instrumento bastante útil, uma vez que nela estão registrados os eventos de maior relevância e que, numa abordagem de longo prazo, talvez sejam os que de fato importem. Na Tabela F.3, faz-se um resumo das principais arrecadações atípicas registradas pela RFB a partir da consulta a esses relatórios.

10 – **Compensações tributárias não recorrentes.** Trata-se da variação dos valores mensais de compensações tributárias entre os anos de 2019 a 2020, e entre os anos de 2020 a 2021. Fonte: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

11 – Estimativa da parcela da arrecadação tributária federal que não foi arrecadada em 2020 por causa das medidas de diferimento de tributos. Fonte: apresentação do relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” de janeiro de 2021, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

12 – Estimativa da parcela da arrecadação tributária federal que não foi arrecadada em 2020 devido à redução do IOF Crédito. Fonte: apresentação do relatório “Análise da Arrecadação das Receitas Federais” de janeiro de 2021, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Tabela C.2 – Despesas e Transferências não recorrentes (extraordinárias ou atípicas) (R\$ Milhões)

Despesas e Transferências não Recorrentes	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Equacionamento de Passivos – TCU ⁽¹⁾						147	-170	283	116	359	-124	-1.218	-1.527	-3.985
Fundo Soberano do Brasil ^{(2.1)(2.2)(2.3)(2.4)}												14.244		
Fundo Nacional de Desenvolvimento ⁽³⁾								-60	-18	110	466	-1.386	-4.248	-23
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(4.1)(4.2)}														42.928
Transferências aos Entes Subnacionais ^{(5.1)(5.2)(5.3)}						3.976							2.220	
Despesas Primárias – COVID-19 (exclui transferências aos entes subnacionais ⁽⁶⁾)														
Transferências aos entes subnacionais – COVID-19 ⁽⁷⁾														
Total	0	0	0	0	0	4.123	-170	223	99	469	342	11.640	-3.554	38.920
Despesas e Transferências não Recorrentes	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Equacionamento de Passivos – TCU ⁽¹⁾	-3.792	-5.795	-14.641	-12.769	45.881									
Fundo Soberano do Brasil ^{(2.1)(2.2)(2.3)(2.4)}		-12.400			-855			-4.021						
Fundo Nacional de Desenvolvimento ⁽³⁾			-34											
Cessão Onerosa (Capitalização da Petrobrás) ^{(4.1)(4.2)}									34.400					
Transferências aos Entes Subnacionais ^{(5.1)(5.2)(5.3)}	943			2.949	1.804	10.301	2.862	1.363	11.669					
Despesas Primárias – COVID-19 (exclui transferências aos entes subnacionais ⁽⁶⁾)										442.694	120.846			
Transferências aos entes subnacionais – COVID-19 ⁽⁷⁾										78.247				
Total	-2.850	-18.229	-14.641	-9.819	46.830	10.301	2.862	-2.658	46.069	520.941	120.846	0	0	0

Fonte: Subsecretaria de Política Fiscal/Secretaria de Política Econômica/Ministério da Economia.

Nota:

1 - Equacionamento de Passivos. Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Fonte: Banco Central do Brasil. Notas Econômico-Financeiras para a Imprensa. Estatísticas Fiscais, dezembro/2016. Quadro XLIV – Equacionamento de passivos – evidenciação dos impactos, na forma do Acórdão TCU nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015. Primário – fluxos mensais. Disponível em: << <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicoestatisticas>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Devido ao critério “abaixo da linha” adotado pelo Banco Central do Brasil no cálculo dos indicadores fiscais, considera-se aqui o negativo dos valores reportados pela autoridade monetária.

2.1 - Fundo Soberano do Brasil. Em 2008: Integralização de Cotas da União. Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

2.2 – Fundo Soberano do Brasil. No dia 31 de dezembro de 2012 foi realizado resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 12,4 bilhões, conforme autorizado pelo Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil (CDFSB). Referido resgate foi operacionalizado por meio de permuta de ações da Petrobrás, em poder do FFIE, por Títulos Públicos Federais, em poder do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em conformidade com os objetivos descritos no art. 1º e no §3º do art. 7º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal. Resultado do Tesouro Nacional, volume 18, n. 12 – dezembro de 2012 – pág. 7. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

2.3 - Fundo Soberano do Brasil. Houve, no mês de dezembro de 2015, resgate de R\$ 855,0 milhões em cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE por parte do FSB, conforme previsto nos decretos de programação orçamentária e financeira. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 21, n. 12 – dezembro de 2015 – pág. 13.

2.4 - Fundo Soberano do Brasil. Resgate de cotas no valor de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE decorrente da conclusão do programa gradual de venda das ações do Banco do Brasil pelo Fundo, ocorrido entre maio e junho de 2018. No mês de junho, o saldo restante de R\$ 521 milhões foi incorporado no resultado primário. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.1, Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central – Brasil – Mensal. Disponível em: << <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2012/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Resultado do Tesouro Nacional, volume 24, n. 5 – maio de 2018 – pág. 4, e respectivo Sumário Executivo.

3 - Fundo Nacional de Desenvolvimento. Valores positivos representam amortização antecipada. Valores negativos representam subsídios. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 1.4, Tabela 1.4. Despesas Primárias do Governo Central – Brasil – Mensal – R\$ Milhões (valores correntes). Disponível em: <<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

4.1 – Cessão Onerosa. Em 2010: operação de capitalização da Petrobras. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional, v. 16, n. 9, setembro/2010, pag. 2. Disponível em: <<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2010/9>>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

4.2 – Cessão Onerosa. Em 2019: pagamento à Petrobrás decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa. O “resultado líquido” do leilão da cessão onerosa para a União foi de R\$ 23,8 bilhões. R\$ 70,0 bilhões de arrecadação menos R\$ 11,7 bilhões transferidos à Estados e Municípios e R\$ 34,4 bilhões pagos à Petrobrás. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional – dezembro de 2019 – Sumário Executivo, pág. 3. Disponível em: <<<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2019/12>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

5.1 – Transferências não recorrentes. Trata-se de receitas não recorrentes sujeitas a transferências para os governos subnacionais.

5.2 – Em 2015: Emenda Constitucional (EC) nº 84/2014, com efeitos a partir de janeiro de 2015. Essa EC altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios.

5.3 – Em 2019: Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios decorrente do Leilão da Cessão Onerosa, conforme Lei nº 13.885/2019.

6.1 – Despesas primárias do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”), excluindo-se o apoio financeiro (auxílio emergencial) aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 5.1, Tabela 5.1 - Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”) - Brasil – Mensal. Disponível em: <<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.

7.1 - Apoio financeiro (auxílio emergencial) aos Estados, Distrito Federal e Municípios relacionado ao combate ao COVID-19 (segundo critério de “valor pago”), totalizando R\$ 78.247,0 milhões. Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Planilha 5.1, Tabela 5.1 - Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 (apuradas pelo critério de “valor pago”) - Brasil – Mensal. Disponível em: <<<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021. Essas transferências aos entes subnacionais referem-se a: (1) Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020 (Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências); (2) Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020 (Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19); (3) repasses fundo a fundo da Saúde. Conforme dados obtidos junto à Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN), tem-se os seguintes valores: (1) Lei Complementar nº 173/2020: R\$ 60.148,9 milhões; (2) Lei nº 14.041/2020: R\$ 15.098,3 milhões. No Resultado do Tesouro Nacional, consta que o valor das transferências do governo central aos entes subnacionais relacionados ao combate ao COVID-19 totalizou R\$ 78.247,0 milhões. Assim, a diferença de R\$ 2.999,8 corresponde, aproximadamente, a esses repasses fundo a fundo da Saúde.

Tabela C.3 – Arrecadações atípicas

Ano	Descrição dos eventos não recorrentes relacionados às arrecadações atípicas da RFB	Fontes
2002	<p>Imposto de Renda, PIS/COFINS, IRRF-Outros: pagamento efetuado pelos Fundos de Pensão, em conformidade com a MP nº 2.222/01, quanto à parcela referente aos débitos em atraso.</p> <p>IRPJ/CSLL e PIS/COFINS: realização de lucro, por empresa estatal, decorrente de transferência de títulos públicos.</p> <p>Arrecadação extra referente à realização de lucro por empresa estatal e Depósito Judicial–Dívida Ativa.</p> <p>Arrecadação relativa à desistência de ações judiciais e consequente pagamento dos débitos em atraso (artigo 11 da Medida Provisória nº 38/2002).</p> <p>Arrecadação atípica relativamente a: (i) débitos em atraso, pagos em conformidade com o estabelecido nos art. 20 (débitos não vinculados à ação judicial), art. 21 (desistência de ação judicial), art. 24 (fundos de pensão – prorrogação de prazo) e art. 32 (mercado atacadista de energia elétrica) da MP nº 66, de 29 de agosto de 2002; (ii) resgate de aplicações financeiras de residentes no exterior; (iii) setor estatal (lucro decorrente de variação cambial); (iv) depósito judicial/administrativo; (v) MP 75/2000.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2002.
2003	Arrecadações atípicas envolvendo: (i) Lei nº 10.637/2002, artigo 13; (ii) Depósitos Judiciais/Administrativos e Conversão de Depósitos; (iii) Resultado de Empresas Estatais; (iv) Resgate de aplicações financeira de residentes no exterior; (v) Pagamentos em atraso.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2003.
2004	IRPJ/CSLL: arrecadação atípica decorrente de recolhimento de tributos relativos a exercícios anteriores.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2004.
2005	<p>IPI-Outros: arrecadação atípica, em janeiro, novembro e dezembro de 2005, decorrente de débitos em atraso.</p> <p>IRPF: arrecadação atípica referente aos itens Ganho de Capital na Alienação de Bens e Ganho Líquido em Operações em Bolsa.</p> <p>IRRF-Outros Rendimentos: depósitos judiciais.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2005.
2006	<p>Imposto de Importação: arrecadação extra, em conformidade com o art. 9º, § 1º da MP-303/06. IPI-Bebidas: arrecadação de débitos em atraso, em conformidade com a MP 303/06; IRRF-Remessas ao Exterior: crescimento influenciado, principalmente, por arrecadações atípicas relativas a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2006.
2007	<p>IPI-Outros: depósito judicial efetuado por empresa fabricante de peças e acessórios para veículos automotores; arrecadação atípica nos setores de metalurgia e petroquímico, em virtude de pagamentos de débitos em atraso e de pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa.</p> <p>IRPF: depósitos judiciais atípicos e Ganho Líquido de Operações em Bolsa;</p> <p>IRPJ/CSLL: arrecadação atípica relativa a depósitos administrativos, bem como recolhimentos atípicos, por parte de instituições financeiras, relativos à venda de participações societárias. Dentre os processos de abertura de capital ocorridos em 2007 destacam-se, pela relevância do volume de receitas captadas, especialmente os relativos à Redecard, à Bovespa e à BM&F, com reflexos na arrecadação dos meses de agosto, novembro e dezembro</p> <p>PIS/PASEP: recolhimento atípico por parte de instituição do setor de seguros.</p> <p>Outras receitas administradas: arrecadação atípica do item Depósito Judicial em função de processo de direito antidumping; aumento do item Receita de Dívida Ativa - Depósito em Garantia; recuperação de débitos de exercícios anteriores, em conformidade com a MP nº 303/06.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2007.
2008	<p>IOF: arrecadação atípica de depósito judicial e acréscimos legais, relativa a débitos de exercícios anteriores.</p> <p>IRPF: arrecadação atípica, do item depósitos judiciais; ganho de capital na alienação de bens em decorrência de alienação de empresa.</p> <p>IRPJ/CSLL: arrecadação atípica relativa a depósito judicial; recolhimentos atípicos, relativos a ganho de capital, decorrentes de venda de participações acionárias; débitos de exercícios anteriores em contestação judicial.</p> <p>IRRF-Rendimentos de Capital: recolhimento atípico relativo a aplicações financeiras em renda fixa – PF.</p> <p>IRRF-Remessas para o Exterior: arrecadação atípica de relativa a rendimentos do trabalho.</p> <p>IRRF-Outros Rendimentos: depósitos judiciais atípicos.</p> <p>PIS/PASEP e COFINS: arrecadações atípicas decorrentes de depósitos judiciais e acréscimos legais.</p> <p>IPI-Bebidas: arrecadação atípica no setor de fabricação de cervejas.</p>	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2008.
2009	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas

		Federais - Janeiro a Dezembro de 2009.
2010	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2010.
2011	IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: resultado decorrente de pagamentos atípicos de, aproximadamente; CSLL: pagamento de débito em atraso, em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial. IRPJ: acréscimo, a título de reclassificação por estimativa.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2011.
2012	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2012.
2013	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2013.
2014	Arrecadações atípicas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2014.
2015	IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e COFINS: arrecadações atípicas decorrentes da transferência de ativos entre empresas. IRRF-Outros Rendimentos: resultado decorrente do recolhimento atípico a título de Depósito Judicial. IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: arrecadação atípica no item rendimentos do trabalho. Outras receitas administradas pela RFB: arrecadação extraordinária, decorrente de recolhimentos em atraso.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2015.
2016	IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: resultado decorrente de arrecadação atípica no item rendimentos do trabalho. Arrecadação extraordinária, relacionada com o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária - RERCT.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2016.
2017	IRPF: recolhimentos atípicos no envolvendo ganhos de capital na alienação de bens. IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: arrecadação atípica no item juros e comissões em geral, bem como no item aplicações financeiras. IOF: arrecadação atípica no item operações de câmbio na entrada de moedas. IRRF-Outros Rendimentos: arrecadação atípica em depósito judicial.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2017.
2018	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários referentes a operações envolvendo ativos de empresas.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2018.
2019	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários por algumas empresas de diversos setores econômicos, bem como em consequência de reorganizações societárias e alienação de participações societárias. Recolhimentos extraordinários referentes a depósitos judiciais. IRPF: arrecadação atípica decorrente de ganhos de capital na alienação de bens e direitos.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2019.
2020	IRPJ/CSLL: recolhimentos extraordinários por algumas empresas de diversos setores econômicos, bem como em consequência de reorganizações societárias e alienação de participações societárias. IRPF: arrecadação atípica decorrente de ganhos de capital na alienação de bens e direitos.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2020.
2021	IRPJ/CSLL: pagamentos atípicos, em parte decorrentes da alienação de participações societárias por algumas empresas de diversos setores econômicos. IRPF: diferimento do pagamento do imposto, conforme estabelecido na Instrução Normativa IN RFB 1934/2020, que afetou diretamente a arrecadação das quotas relativas à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física (DIRPF Exercício 2020). A oitava quota foi paga em janeiro/2021, ao invés do mês de novembro de 2020, e se refere a fatos geradores ocorridos ao longo do ano de 2019.	Relatório: Análise da Arrecadação das Receitas Federais - Janeiro a Dezembro de 2021.

Fonte: Secretaria de Política Econômica, a partir de dados obtidos nos relatórios da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Referências

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Apresentação “Análise da Arrecadação, dezembro de 2021”**. Brasília, 2021. Disponível em: << <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>>> Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Estudo sobre impactos dos parcelamentos especiais**. Brasília: Ministério da Fazenda, Receita Federal, 2017. Disponível em: <<<https://receita.economia.gov.br/dados/20171229-estudo-parcelamentos-especiais.pdf>>>. Acesso em 03 de março de 2021.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 5ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2016.

SOUZA JR. J. R.; CAETANO, S. M. **Produto potencial como ferramenta de análise da política monetária e da capacidade de crescimento da economia brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº 1881. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SCHETTINI, B. P.; GOUVÊA, R. R.; ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W. **Resultado fiscal estrutural e impulso fiscal: uma aplicação para as administrações públicas no Brasil, 1997-2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº 1650, Brasília, agosto de 2011.